

SUCESSÃO: DILEMAS ENCONTRADOS PELA JUVENTUDE PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO

SUCCESSION: DILEMMAS ENCOUNTERED BY YOUTH TO STAY IN THE FIELD

Amanda Loiola⁴⁴
Francisco Xavier Freire Rodrigues⁴⁵
Cleci Grzebieluckas⁴⁶

RESUMO: As atividades agrícolas exercem importância para o abastecimento de alimentos no país, boa parte dessa demanda advém da agricultura familiar e dos pequenos produtores. Porém o êxodo rural é crescente, por conta da falta de sucessão dos jovens agricultores nas propriedades rurais. Diante das preocupações envolvendo o meio rural no Brasil, a sucessão é um tema emergente, que necessita de maior atenção do Estado. O objetivo deste estudo foi identificar os motivos da falta de sucessão no campo, descrevendo as principais características e desafios dos protagonistas do tema: os jovens. Foi utilizado levantamento bibliográfico, contendo informações dos estudos realizados, com base na literatura clássica e atual. Foi identificado que a sucessão depende, dentre outros fatores, do desenvolvimento de políticas públicas para estimular o jovem a permanecer no campo e usar sua capacidade para melhorar alternativas agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude no Brasil; Juventude rural; Sucessão

SUCCESSION: DILEMMAS FOUND OF YOUTH TO PERMANENCE IN THE FIELD.

ABSTRACT: Agricultural activities have importance for food supplies in the country, much of this demand comes from familiar agriculture and small producers. But the rural exodus is growing, due to the lack of succession of young farmers on farms. In the face of concerns involving the rural areas in Brazil, the succession is an emerging theme that needs further attention of the State. The objective of this study was to identify the reasons for the lack of succession in the field, describing the main characteristics and challenges of the theme protagonists: the young. It was carried out literature containing information of the studies, based on classical and contemporary literature. It was identified that the succession depends, among other factors, the

⁴⁴ Administradora, Mestre em Ambiente Sistema de Produção/UNEMAT e Prof. do Instituto Federal do Mato Grosso – Câmpus de Campo Novo do Parecis.

⁴⁵ Sociólogo, Prof. Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Professor do Programa de Mestrado em Sociologia da UFMT;

⁴⁶ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT (2006),Mestre em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2007), Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2010). Professora adjunta na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT Campus de Tangará da Serra MT, ministra aulas no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola - PPGASP e nos cursos de Ciências Contábeis e Administração em Agronegócio.

development of public policies to encourage the youth to permanence on the field and use its ability to improve agricultural alternatives.

KEYWORDS: YOUTH IN BRAZIL; RURAL YOUTH; SUCCESSION.

1 INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas exercem grande importância para o abastecimento de alimento por todo mundo. Atende as necessidades do mercado externo com as exportações, fomenta a economia, gera empregos e renda, fortalecendo o mercado interno. Contudo, para que a agricultura continue sendo protagonista do crescimento do país, é necessário que as gerações de jovens agricultores assumam os papéis de proprietários e responsáveis pela continuidade das atividades no campo, ou seja, é preciso que haja a sucessão rural.

Autores como Carvalho (2007, p.15) descrevem a sucessão quanto a um processo endógeno, no qual um dos filhos sucede o pai na administração da área rural, assumindo assim, a continuidade da produção na Unidade. Porém, o processo de sucessão tem como desafio a permanência do jovem na terra. Esse por sua vez, enfrenta muitos desafios, como as dificuldades da falta de estrutura no campo, falta de assistência técnica adequada, renda, menos oportunidades educacionais, além da influência das tecnologias do mundo urbano atreladas as expectativas da própria fase da juventude. Mas serão somente esses motivos responsáveis pelo êxodo rural?

O fato é que o campo está se tornando menos atrativo para esse grupo e as cidades cada vez mais lotadas, gerando preocupações para o Estado. Haja visto essa realidade, esse estudo objetivou descrever o panorama da juventude no Brasil, as diferenças entre o jovem urbano e o jovem rural, tal como suas desigualdades e analisar os principais motivos geradores de entraves à sucessão na agricultura familiar.

Buscando atender esse objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico contendo análises sobre os estudos da juventude rural e a sucessão no Brasil. Dessa maneira, foi abordado a visão de autores que realizam pesquisas sobre o tema foi identificado as principais características dos jovens no Brasil, o jovem rural e os desafios encontrados para a permanência e continuidade das atividades campesinas, tal como um breve relato sobre as políticas públicas desenvolvidas para evitar o êxodo rural.

2 DESENVOLVIMENTO: Panorama da juventude no Brasil

O conceito de juventude é bastante prolixo na literatura, pois nunca na história do Brasil se debateu tanto sobre esse grupo como atualmente. A juventude é pauta das ações governamentais, protagonista na criação de políticas públicas e foco dos meios de comunicação, afinal é o público-alvo para simbolizar o consumo, a moda, o novo. Nesse sentido, KaeHL (2004, p.44) afirma que todos querem ser jovens, pois de acordo com a autora, "a juventude é um estado de espírito, é um jeito do corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado que todos querem se incluir".(KAEHL,2004, p 44).

Para entender o pensamento contemporâneo sobre os jovens, Stecanela (2010, p.3), destaca que a juventude, durante muito tempo, foi encarada como uma fase de transição, em um tempo de preparação para a vida adulta, porém essa concepção foi alterada com a vinda da modernidade, na qual é apontada por ela, como um marco separatório, onde os limites da idade e as referências cronológicas cederam lugar as referências funcionais, especialmente no que diz respeito as atividades econômicas.

A autora destaca que a juventude passou a ser encarada como categoria social, a partir do momento que a representar uma ameaça à ordem social, a continuidade do bem-estar da sociedade, causando problemas a si própria e para a sociedade como um todo, e é baseado nesse modelo de pensamento que a juventude é analisada, além de sua transitoriedade, por duas características: o mito como modelo cultural e o estilo de vida

Nesse aspecto, o período da juventude é encarado pela sociedade contemporânea como um dilema, que envolve expectativas e preocupações. Geram expectativas por conta de serem considerados como parte do futuro da nação, especialmente por idade ativa e seus efeitos positivos para o desenvolvimento socioeconômico. Já com relação às preocupações, os jovens são associados a "problemas", como delinquência, comportamentos de risco, uso de drogas, violência, entre outros, que fazem com que a sociedade reaja com medidas de enfretamento a esse grupo etário (CASTRO et al., 2009, p.30).

Em meio a essas divergências, cabe aqui destacar, que esse período da vida envolve um processo de transição para a vida adulta, e as decisões tomadas nessa fase podem definir seu o futuro. Nessa perspectiva, Costanzi (2009, P.23) afirma que é preciso levar em consideração a heterogeneidade e a diversidade existente entre os padrões de vida de distintos grupos de jovens, tal como a complexidade dos processos tradicionais de transição do ciclo de vida dessas pessoas. Segundo este autor, isso ocorre por conta das alterações no mercado de trabalho, arranjo físico das famílias, ao aumento da expectativa de vida, aliado também a complexidade das experiências e expectativas da atual geração de jovens.

Para entender a juventude brasileira e os impasses enfrentados por ela atualmente, é preciso retomar aos modelos desenvolvidos no processo de industrialização, pois de acordo com Castro et al. (2009, p.36), nessa época, o país tinha seu sistema de proteção baseado na capacidade contributiva dos assalariados, dessa forma, quando os jovens se inseriam no mercado, contavam com a solidariedade da Previdência Social, onde os trabalhadores ativos trabalhavam e contribuía para os inativos. Paralelo a essa ação, o Estado também investia em educação para os jovens, no sentido de desenvolver aptidões exigidas para a qualificação para o trabalho. No entanto, essa fase perdeu força nos de 1980 e 1990, oferecendo lugar a competição no mercado e medidas para sair da crise da dívida externa.

O autor ainda afirma que, nesse momento o enfoque permaneceu no jovem como capital humano, ao mesmo tempo em que se buscava alternativas para problemas com a violência e jovens em situações de risco. Investimentos em atividades culturais foi uma saída para a contenção desses

problemas. Porém, as políticas criadas naquela época eram focadas para diminuição da pobreza especificamente para crianças e suas famílias. Dessa maneira, até o final do século XX, a juventude era vista como segmento específico que envolvia prevenção da violência, exclusão social e capacitação para o trabalho. Spósito et al. (2003,p.17), complementa que no final dos anos de 1990, ocorreram iniciativas públicas em parcerias com ONGs e fundações empresariais que tinham como prioridades atender os jovens excluídos ou em situação de risco, reforçando mais uma vez a apresentação da juventude como um problema a ser enfrentado.

Conforme Barcellos (2014, p.61), percebe-se uma mudança no processo histórico da juventude no Brasil com as eleições presidenciais e a formação do governo Lula (2003-2010), onde a temática ganhou maior destaque e começou-se a ser discutida a criação de uma estrutura político-administrativa específica para tratar do assunto pelo Estado. Nesse contexto de articulações e atribuições, em 2005 é criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), com o propósito de integrar os programas e ações do governo e suas secretarias. Juntamente a SNJ, também foi institucionalizado o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve). Esses órgãos definiram a atuação das políticas públicas para juventude a pessoas que possuem faixa etária compreendendo de 15 a 29 anos de idade.

O autor destaca que esse processo aconteceu devido a três principais acontecimentos: Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que envolveu debates, levantamentos sobre o jovem no país; a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT) e a formação do Grupo Interministerial de Juventude, o qual tinha como principal objetivo definir uma política pública integrada para a juventude. Esse grupo elencou mais de 150 ações do governo desenvolvidas em 45 programas e desempenhadas por 18 ministérios ou secretarias, porém apenas 19 eram voltadas para os jovens entre 15 e 24 anos.

Desde então, em meio às articulações do governo, debates e políticas envolvendo a juventude no Brasil, percebe-se uma preocupação em engajar ações para melhorar a qualidade de vida do jovem no país. Apesar do avanço, as situações dos jovens apresentam desigualdades e desafios, principalmente envolvendo condições de faixa de renda, raça, cor, região do país e a população jovem do meio rural. Esses desafios também são encontrados no acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho, a cultura e lazer, a meios tecnológicos e ao combate à violência (CASTRO et al., 2009, p.36).

Características da população jovem no Brasil

As características do jovem brasileiro serão pautadas nos dados estatísticos do censo 2010 e Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNADE), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordando aspectos como cor, sexo, diferenças regionais, educação, trabalho e violência. Com relação a Educação, conforme dados do PNADE (2014) o analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais de idade diminuiu de 12,4% no ano de 2001 para 8,5% em 2013.

A tabela a seguir, retrata a Educação dos jovens em idade e nível adequado de formação.

Tabela 1 – Educação da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil – 2010

Grupo com idade entre 15 e 17 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	268.795	565.277	72.457	42.893	166.110
Mulheres brancas	311.479	632.566	87.494	53.463	224.525
Homens pardos ou negros	64.302	440.076	98.834	121.781	349.546
Mulheres pardas ou negras	78.974	511.378	116.372	149.882	475.694
Homens brancos	219.689	471.950	73.261	28.308	120.748
Mulheres brancas	292.667	584.191	93.507	41.344	164.205
Homens pardos ou negros	22.430	154.381	54.848	48.671	137.726
Mulheres pardas ou negras	32.175	213.430	75.021	70.898	202.533

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Censo Demográfico 2010, IBGE AMOSTA POR DOMICÍLIO – 2015

A partir dos dados da tabela 1, pode-se constatar que em todos os casos, o número de mulheres que possuem nível adequado de escolarização adequado a idade é maior que os homens. Percebe-se que jovens brancos (homens e mulheres) da região sul apresentam maior grau de distanciamento dos jovens pardos ou negros, com relação ao acesso à educação no nível adequado. Na região sudeste a diferença é menor no grupo de idade entre 15 e 17 anos. Na região norte e nordeste, os jovens pardos ou negros se sobressaem, motivo explicado também pela concentração de pessoas dessa modalidade, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Proporção da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil – 2010

Grupo com idade entre 15 e 29 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	25,80	25,20	26,40	28,20	27,40
Mulheres brancas	24,60	23,80	26,00	28,50	26,30
Homens pardos ou negros	28,20	28,40	29,00	29,60	29,10
Mulheres pardas ou negras	26,70	26,80	28,50	30,00	28,30

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Censo Demográfico 2010, IBGE – 2015

Na tabela 2, é possível perceber que a população de homens pardos ou negros é maior em todas as regiões do país, seguida das mulheres com a mesma cor. Porém, o maior número de pessoas jovens concentra-se nas regiões norte e nordeste. Em comparação com a primeira tabela, onde

evidenciou a educação, nota-se que mesmo havendo mais jovens negros e pardos, o acesso à educação ainda é menor que os jovens brancos.

Tabela 3 – População jovem com acesso ao trabalho formal separados por gênero, cor e região. Brasil - 2010

Grupo com idade entre 16 e 29 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	1.372.731	2.496.551	329.610	142.841	504.678
Mulheres brancas	1.139.902	2.088.913	257.295	104.501	375.439
Homens pardos ou negros	387.649	2.177.285	498.483	403.304	1.182.856
Mulheres pardas ou negras	247.512	1.415.329	301.403	223.311	661.529

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Censo Demográfico 2010, IBGE – 2015

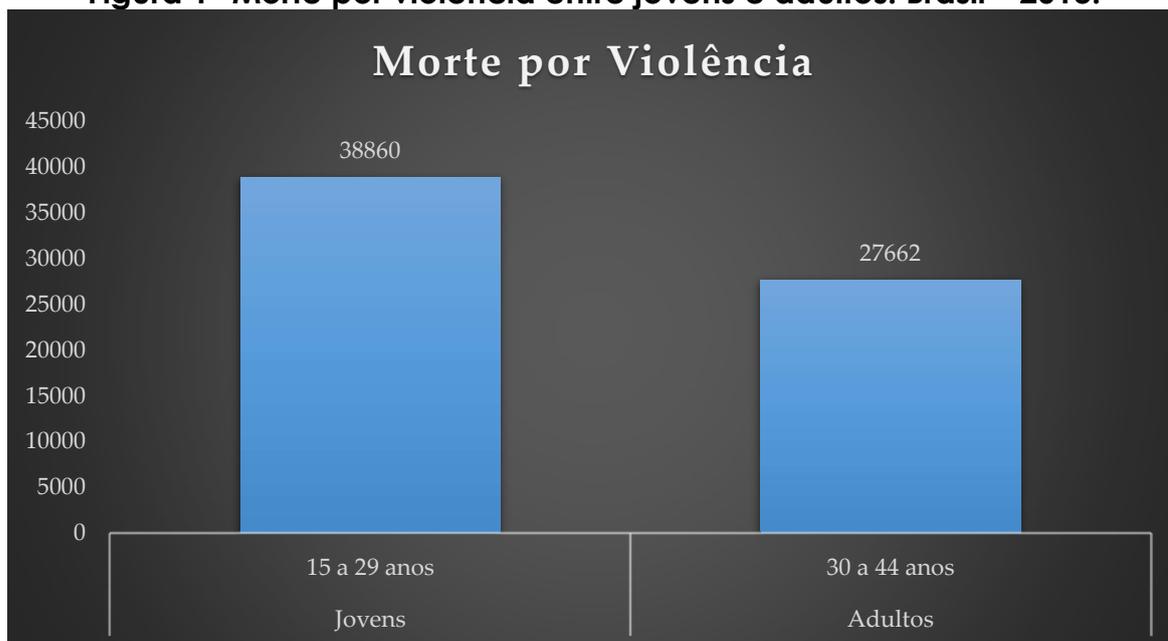
Com relação ao acesso ao trabalho formal exercido pela população jovem, a tabela 3 aponta que as regiões sul e sudeste apresentam as melhores condições de trabalho formal para os jovens, com destaque para a região sudeste, na qual apresenta os maiores índices para os grupos de homens e mulheres negras ou pardas. Na região nordeste, os homens considerados negros e pardos ocupam o maior número de postos de trabalho formal. É evidente que esse grupo exerce grande importância para o fortalecimento da economia do país e para a criação de novos postos de trabalho.

Através da análise das tabelas 1, 2 e 3 é possível verificar que os jovens estão se concentrando nas regiões norte e nordeste do país, porém o acesso à educação e trabalho são encontrados nas regiões sul e sudeste, apontando que muitos jovens podem ainda enfrentar dificuldades nessas questões, visto que a educação é a principal forma para se obter condições favoráveis de emprego e renda. É possível também notar que há diferenças predominantes nas dimensões de educação e emprego relacionadas a cor e etnia, pois constata-se que a população negra ou parda é a maioria em todas as regiões do país, porém não são os mesmos a ocupar as cadeiras na escola ou possuir vagas de trabalho.

Além das dimensões apontadas anteriormente, os jovens também são vistos como principais alvos da violência, que pode ser gerada por ações e comportamentos advindos deles próprios e podendo causar sequelas irreparáveis, até mesmo a outros na sociedade. Rezende e Tafner (2005, p.335) descreve que os jovens constituem um grupo que não são apenas classificados como **fonte** promissora e futuro da nação, mas como pessoas que geram problemas e/ ou afetados por eles, sendo portados infratores e vítimas da violência.

Em busca de detalhar o quanto a violência pode interferir na vida dos jovens, abaixo são apresentados em gráficos, um levantamento de Estatísticas do Registro Civil, do IBGE sobre a mortalidade dos jovens. A figura 1 compara a mortalidade de jovens e adultos por causas violentas.

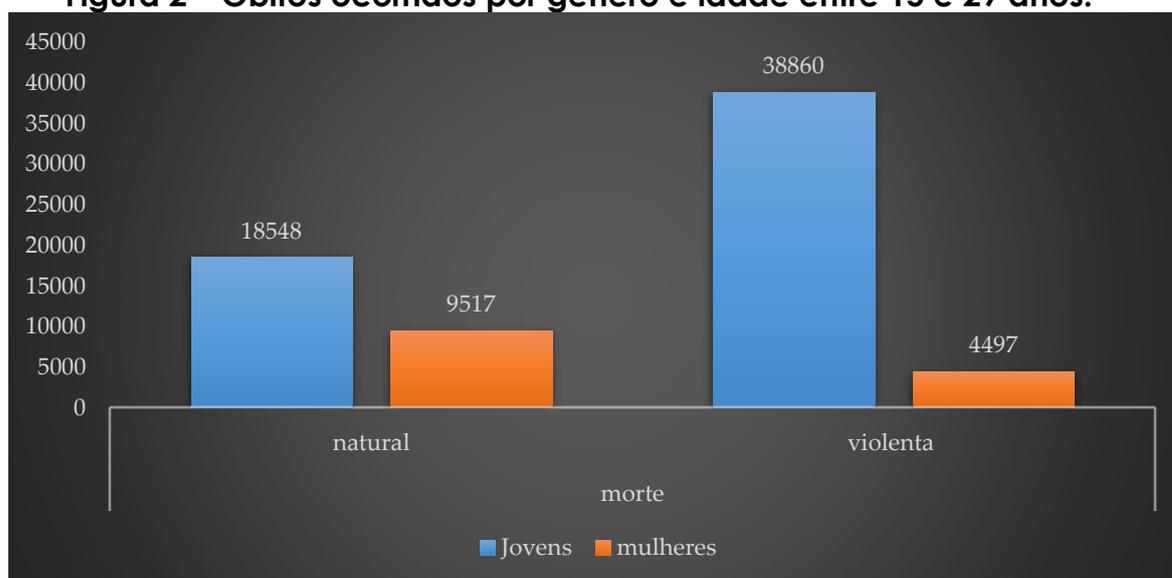
Figura 1 - Morte por violência entre jovens e adultos. Brasil – 2013.



FONTE: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Registro Civil, IBGE – 2013

A partir desses dados, pode-se evidenciar jovens são bem mais afetados pela violência, correspondendo a 38.860 pessoas.

Figura 2 – Óbitos ocorridos por gênero e idade entre 15 e 29 anos.



FONTE: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Registro Civil, IBGE – 2013.

Na figura 2 traz informações da mortalidade de jovens comparados por causa natural e violenta. A taxa de mortalidade por causas violentas, como assassinatos e acidentes de trânsito é realmente elevada, principalmente entre os homens, cerca de oito vezes maior do que as mulheres. De acordo com Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS). Os casos de morte violentas entre jovens negros também é superior aos brancos, com uma taxa média de 206,9 indivíduos por grupo de 100 mil pessoas. A violência levou 43.357 vidas no ano de 2013.

Apesar de haver o aumento da população jovem, esse grupo está mais suscetível a violência, e faz-se necessário analisar cuidadosamente as

dificuldades no momento de articular políticas públicas para essa faixa etária, concentrando os investimentos em um dos pilares mais eficientes, a educação, pois a partir dela, é possível evitar alguns caminhos que resultam na violência.

Juventude Rural

A juventude rural carrega consigo todas as expectativas e desafios da categoria jovem, contudo, sua classificação abrange uma diversidade social advinda de experiência de trabalhos, sociabilidade, troca cultural, laços familiares e interação com o meio ambiente, fazendo com que haja uma autoidentificação por esse grupo, caracterizados como camponês, quilombola, assentado, ribeirinho, negro, agricultor familiar, sem-terra, extrativista, entre outros (GALINDO, 2012, p.3).

O censo realizado em 2010, aponta que 8 milhões de jovens, de 15 a 29 anos, estão no meio rural, distribuídos conforme a tabela abaixo.

Tabela 4 - População jovem entre 15 e 29 anos no Brasil / Urbano e Rural. Estimativa feita sobre a porcentagem geral de população rural de cada região e do país

	Urbanos	Rurais	Total
Região Sul	5.966.915	1.061.252	7.028.167
Região Norte	3.436.517	1.239.016	4.675.533
Região Nordeste	10.940.226	4.025.883	14.966.109
Região Centro-Oeste	3.451.703	435.349	3.887.052
Região Sudeste	19.515.809	1.491.520	21.007.329
Brasil	43.311.170	8.253.020	51.564.190

FONTE: Barcellos (2014).

Percebe-se que o êxodo rural é crescente, quando é levado em consideração os dados do censo de 2000, no qual apontava 9 milhões de jovens. Apesar da saída dos jovens no campo, Galindo (2012, p.3) complementa que a juventude rural mantém sua identidade através do vínculo com a terra, com a produção, pois a atividade e o manejo exercidos pela família, são transmitidos de geração em geração. Além desse vínculo, existem múltiplas dimensões que caracterizam essa categoria, como os componentes étnicos, de gênero, territorial, orientação sexual e religioso, no qual a autora aborda que devem ser levados em consideração no momento de definir políticas públicas para esses grupos.

Apesar da juventude rural buscar o reconhecimento como indivíduos que possuem direitos e pensamento crítico, muitas contradições envolvem essa população. A tradição da autoridade masculina no campo, relações patriarcais e a pressão relacionada ao gênero está muito presente nas relações familiares. Segundo Yamamoto (2004, p.128) essa prática ainda é frequente, porém com um viés "modernizado", ou também conhecido como "modernização conservadora", ligação advinda entre as famílias tradicionais e o moderno agronegócio.

O fato é que a conservação de uma figura masculina frente as decisões da área rural, excluem as mulheres de uma possível imagem de liderança no campo, cabendo a elas, manter o papel do serviço doméstico, associado aos afazeres de cuidados com os filhos e muitas vezes, com jornada duplicada de trabalho, alternando entre a casa e a roça. Em suma, a vida das jovens rurais é tratada de forma invisível e inferior de trabalho. (PEREIRA; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2012)

Dessa forma, esta situação pode ser favorável para saída das mulheres jovens para o meio urbano. Carneiro (2006, p.3) complementa esse pensamento quando afirma que o sistema de valores existente impede o acesso da mulher à terra. Outra contradição, apontada por Spanevello (2008, p. 90) é que o grupo jovem, inúmeras vezes são vistos e tratados pelos agricultores mais velhos, como pessoas que não querem permanecer no campo nem mesmo na agricultura, por achar o trabalho penoso, ou pelo divertimento e movimento das cidades, não levando em consideração os pensamentos e vivências dos jovens sobre esse aspecto.

Dentre esses fatores, Barcellos (2014, p.25), relata que a juventude rural é constantemente associada à migração do meio rural para o meio urbano, ou seja, a diminuição demográfica da população rural. E esse processo ocorre, de acordo com Vantroba (2009, p.5), pela impossibilidade dos jovens em alcançar o desenvolvimento econômico com as atividades agrícolas, desestimulando não apenas a continuidade dessas pessoas no campo, como também as melhorias que poderiam ser implantadas por essa geração, reconhecida principalmente pela vontade de mudar as realidades.

Os estudos realizados por Flores e Silva (2014, p.143) apontam essa migração, devido ao fato de os jovens não reconhecerem um futuro promissor no campo, por conta da ausência de perspectivas, falta de oportunidade de empregos e acesso à cultura, lazer, educação de qualidade e continuada, infraestrutura, entre outros, e são iludidos pelos benefícios que a cidade oferece, porém que necessitam de recursos financeiros para serem alcançados. As autoras afirmam que:

Os jovens do campo dividem algumas preferências com os jovens da cidade e o acesso às tecnologias é de interesse de ambos, pois o jovem citadino busca, cada vez mais, novas tecnologias. E o jovem rural anseia ter acesso a estas por acreditar que facilitam sua permanência em seu meio social, agregam valor ao seu trabalho e à sua produção, expectativas que não necessariamente se concretizam por meio das tecnologias (FLORES E SILVA, 2012, p.143)

Essa perspectiva de melhorias nas condições de vida no meio rural é chamada por Stropasolas (2006, p.67) como “nova ruralidade”, na qual busca-se destacar a importância do meio rural, a diversidade das atividades agrícolas desenvolvidas dentro da mesma propriedade e a relevância nas novas proposições das populações que ali residem. Silva (2012, p.7) reafirma esse pensamento, quando destaca que o campo e a agricultura devem ser vistos além da fonte de renda, e ser compreendido como espaços que possibilite aos jovens a realização de projetos pessoais, no qual esta nova vitalidade possa atrair os jovens, e oferecendo oportunidades profissionais.

A permanência do jovem no campo é fator primordial para o progresso da agricultura em suas variadas formas, como também para o agronegócio, haja vista que este, também precisa do jovem para ser continuado. Nesse sentido, Weisheimer (2009, p. 69), destaca que o jovem, pode ser encarado como um “recurso latente” pela sociedade, no qual aparecem como grupo estratégico, envolvendo além de reprodução das relações sociais, mas também como agente transformador dessas relações.

3 Sucessão: conceitos e definições

O termo Sucessão vem sendo muito discutido na atualidade por conta do êxodo rural crescente no país, colocando em risco a continuidade das atividades agrícolas e a vida camponesa. Por conta dessa preocupação, Spanevello (2008, p.22) aborda que a lógica da sucessão se concentra na necessidade de manter o patrimônio familiar, que é representado pela terra, através da transmissão aos filhos. Complementando esse conceito, Stropasolas (2011, p.26) versa que o processo sucessório compreende a retirada da geração mais idosa da administração do estabelecimento, colaborando para a formação profissional de um novo agricultor, sendo assim, a sucessão é um processo que vai além da transferência de patrimônio, mas também que envolve relações socioculturais.

Na visão de Weisheimer (2009, p.23), a sucessão é responsável por novas gerações de agricultores e inclui fatores a serem considerados, como: a sucessão profissional, que envolve a passagem das responsabilidades do trabalho, da terra para a geração seguinte; a transferência legal do patrimônio e dos bens para um dos possíveis herdeiros e a aposentadoria da geração atual, que implica na continuidade da gestão dos ativos da propriedade pela geração futura.

Além dessas possibilidades, o autor também acrescenta outras variáveis que contribuem para o processo de sucessão, tais como as oportunidades de trabalho independente, o envolvimento da unidade produtiva, tamanho da propriedade, a renda familiar, acesso à escolarização, permanência na cultura camponesa, perspectivas de herdar terras e matrimônio com um (a) agricultor (a). Em todas as perspectivas, o jovem ou a nova geração deve ter a vontade de permanecer no campo ou nas atividades agrícolas.

A sucessão é fundamentada por muitos atores e possui várias dimensões, porém, Spanevello (2008, p.44), versa que a literatura sobre esse tema se baseia especificamente em dois fatores: “1) a sucessão é fundamentalmente um processo com várias fases/estágios; 2) a sucessão é marcada por um processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento”. Na visão da autora, a sucessão também pode ser explicada diante das situações sociais e econômicas, vivenciadas internamente por cada família em seu estabelecimento.

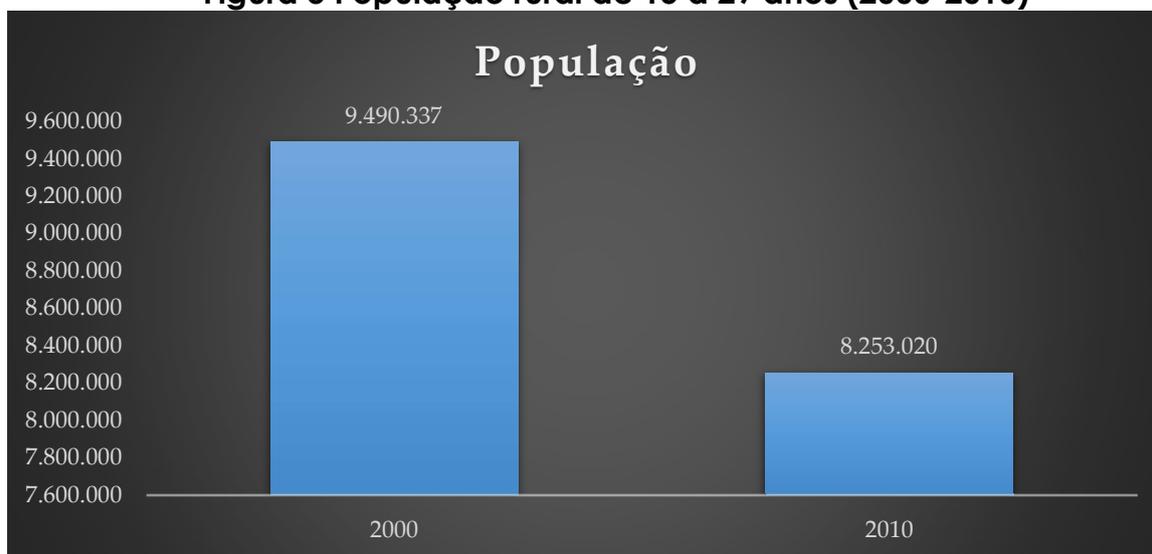
Sucessão Rural e sua importância para a sustentabilidade no meio agrícola

De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2015), menos pessoas estão morando na área rural, com uma diminuição de 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, no qual apontam que maioria delas se deslocaram para a área urbana. Caso esse número continue crescendo, o abastecimento

de alimentos e atividades do meio agrícola, pode ser comprometida. Muito se fala sobre sustentabilidade no meio ambiente e principalmente no meio agrícola, e um dos conceitos para que se alcance esse propósito, é gerar capacidades para as gerações futuras se manterem com os recursos disponíveis e garantir a continuidade do ser humano, mas cabe salientar, que também é necessário encontrar maneiras para garantir a permanência dessas gerações no campo e encontrar meios para conciliar os desafios entre preservação e produção, ou seja, produzir mais com menos.

Para que não falte comida na mesa do brasileiro, é necessário que haja a sucessão no campo, que os filhos dos agricultores queiram permanecer na terra, continuando as atividades exercidas pelos familiares. Contudo, a permanência no campo, vem se tornando preocupação para o país, pois o êxodo rural vem aumentando gradativamente, e a questão sucessória possui inúmeras vertentes que envolve desde a questão agrária (posse da terra, dificuldades de infraestrutura, falta de assistência técnica e investimentos) até a concepção do jovem em escolher ficar ou sair do campo (STROPASOLAS,2006; PETTER, 2013).

Figura 3 População rural de 15 a 29 anos (2000-2010)



FONTE: Adaptado de Barcellos e Cover (2014).

A figura 3 demonstra a saída do jovem do campo entre 2000 e 2010, que resulta de vários motivos, como falta de expectativa de melhores rendas, deficiências em educação, falta de lazer, tecnologias, entre outros fatores que geram desigualdades sociais entre o jovem urbano e jovem rural, dificultando a continuidade no meio rural.

Para entender esse contexto rural, na concepção de Spanevello (2008, p.39), é preciso levar em consideração que a sucessão está inserida na dimensão de reprodução social, na qual é baseada na perspectiva na continuidade dos indivíduos ou/e grupos sociais, envolvendo a produção de bens materiais e a organização dessa produção advinda do trabalho. Almeida (1986, p.67) versa que a reprodução social é dividida em dois enfoques: a reprodução anual ou ciclo curto e a reprodução geracional ou de ciclo longo.

O ciclo curto diz respeito ao trabalho, conhecimentos tradicionais, o manejo com os recursos naturais e sua importância para o consumo da família, ou seja, leva em consideração os aspectos econômicos. O ciclo longo, compreende as perspectivas da perpetuação da família, relacionados a fatores como o nascimento, casamento, morte, herança. Nesta reprodução de ciclo longo, está inserida a formação de novos agricultores, que envolve a sucessão.

Em geral, a sucessão é apontada por Carvalho (2007, p.15) como um processo interno à propriedade rural, onde há a transferência da administração da unidade produtiva para um dos filhos. No entanto, a sucessão não é tão simples como parece. Ela envolve problemáticas, o êxodo rural por parte dos jovens (possíveis sucessores) é uma das razões mais preocupantes para a não ocorrência da sucessão atualmente. Faccione (2013, p.21) aponta alguns fatores determinantes para a saída dos jovens para as cidades, entre eles, a questão do gênero, onde a mulher é vista apenas para o trabalho secundário, estimulando a saída das mesmas em proporções maiores do que a saída de homens do meio rural.

Sob essa perspectiva, a sucessão também pode ser prejudicada pela linha agrícola exercida pela família, os estudos de Oliveira e Schneider (2009, p.160) apontam esse fato, quando relatam que as atividades ecológicas e a pluriatividade atraem mais os jovens e é considerado entre eles, como o maior projeto profissional dentro do campo. Para os que não convivem com essa realidade, os estudos apontaram que os entrevistados pretendem ser somente agricultores, ou desejam ir morar na cidade, ou ainda querem ser ecologistas ou pluriativos, mas fora de sua unidade familiar. Dessa maneira, a migração dos jovens para os centros urbanos ou para outros setores, gera a crise da sucessão, uma vez que não haverá herdeiros para sucederem seus pais.

De fato, também deve-se levar em consideração, fatores como a transição da idade, as interações sociais, culturais do meio onde vivem, ao mesmo tempo que são influenciados pelas mudanças socioculturais da atualidade, a modernidade e o acesso a tecnologias e novas formas de lazer, fazem com que o jovem compare a vida no campo com a vida na cidade, e muitas vezes o campo é considerado arcaico e sem possibilidades de melhorias, enquanto que o meio urbano é visto como moderno e aberto para oportunidades (DALCIN E TROIAN,2009; CARVALHO,2007).

A elaboração de políticas públicas que garantam a permanência do jovem no campo é fundamental para sucessão rural e para implementações inovadoras para a preservação do meio ambiente paralelo a qualidade de vida das pessoas que vivem da exploração dos recursos naturais. Nesse aspecto, não há como desvincular a sucessão da sustentabilidade rural, que precisa ser analisada cuidadosamente pelo Estado, de forma singular, visando o progresso do campo, dos sistemas de produção e das pessoas que ali vivem.

Dentro da perspectiva de atrelar iniciativas governamentais para estimular o jovem a permanecer no campo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou em um 2003 a Assessoria da Juventude com o intuito de contribuir para que a juventude rural tenha visibilidade e sua voz ganhe força junto ao governo federal. Diante da preocupação das saídas dos jovens do campo, o MDA está articulando o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, com a proposta de participação ativa dos jovens rurais, através de instancias de discussão com comitê da juventude e a realização de

conferências nacionais para colher propostas e sugestões para a aplicabilidade do plano. Além dessas iniciativas, cabe ressaltar as principais políticas criadas e ainda vigentes para a juventude rural.

Quadro – 1 Principais Políticas públicas e Programas para a juventude rural no Brasil.

Políticas/ Programas	Órgãos Governamentais	Principais benefícios
Pronaf Jovem.	Secretaria da Agricultura Familiar	Linha de financiamento com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas da agricultura familiar.
Pro jovem campo-Saberes da terra.	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - Ministério da Educação, SRA e SDT - MDA	Pretende elevar a escolarização no campo; qualificação profissional para atividades agrícolas
Programa Nossa primeira terra.	Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) - MDA.	Linha de financiamento que visa a aquisição e investimento em imóveis e infraestrutura rurais.
Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	Criado para tratar temas que envolvem a juventude rural, articular ações para esse público.

FONTE: Adaptado de Silva e Andrade (2009).

Dentre as políticas apresentadas no quadro 1, a que ganha mais destaque é o Pronaf Jovem, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é uma forma de o jovem agricultor obter linha de financiamento para investir em atividades agrícolas, turismo rural e outras atividades de interesse. Beneficia jovens de 16 a 29 anos que se enquadram em famílias pertencentes ao Pronaf, com um limite de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

O primeiro Seminário Nacional de “Juventude Rural e Políticas Públicas” realizado em 2012, deu voz a muitos jovens rurais e entidades afim, resultando no livro Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil, no qual é abordado as realidades da vida do jovem rural, suas diversas identidades, principais dificuldades e desafios e a visão do jovem sobre as políticas para agricultura. Nessa perspectiva, o Pronaf Jovem é apontado por eles como uma política limitante, que possui entraves como a elevada burocracia e exigências, alto risco de endividamento, deve haver o vínculo com o pai e assistência técnica defasada. Os jovens ouvidos, o avaliam como interessante, mas necessita ser melhorada, principalmente com relação ao limite estabelecido. (MENEZES; STROPASSOLAS, BARCELLOS 2014, p.91)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado, é possível perceber que há muitas particularidades que envolvem a sucessão e as iniciativas adotadas pelo Estado para manter o jovem nas propriedades rurais precisam antes de tudo, levar em consideração as características da fase “jovem”, a identidade de cada grupo, seja ele indígena, quilombola, negro ou branco, assim como a influência da inclusão digital e das novas tecnologias e encarar as mudanças como possibilidades de melhoria de vida para a população do campo.

A sucessão rural vai ter sucesso a partir do momento que o futuro agricultor ver no meio rural expectativa de vida, de crescimento, no qual ele não precise se deslocar até a cidade para se consultar com um médico, para ter acesso a escola que ofereça desde o ensino básico até o superior e técnico, onde ele possa não apenas trabalhar de domingo a domingo, mas que tenha lazer, cultura, conhecimento e aplicar esse conhecimento para melhorar o alimento produzido em sua terra, com apoio de assistência técnica e infraestrutura, benefícios advindos de políticas bem aplicadas e de acordo com a realidade de cada região. Talvez, depois de corrigida essas “deficiências” o jovem ainda queira ir para a cidade, mas não morar e sim para levar o alimento que abastece o urbano.

REFERENCIAS

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrir a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.1, n.1, p.66-83, jun.1986.

ANDRADE, C. C.; SILVA, E.R.A. **A política nacional da juventude: avanços e dificuldades**. In: CASTRO, J.A. et al.(Org). **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. P. 41-70.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306 f. Tese (doutorado em ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA- IBGE. 2014. Censo Demográfico de 2010.

CARNEIRO, M. J. **Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

CARVALHO, V.R.F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.16p.

CASTRO, J.A. et al. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf Acesso em: 20 set. 2015.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1, 2009. CIDADES. **Anais...** cidade: UFPR,2009. p. 1-20.

FLORES, A.F; SILVA S. **Juventude assentada: guardiã do futuro do assentamento?** Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara/SP. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. P.133- 144.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

FACIONI, DEJANIRA. **Análise da sucessão em assentamento no estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

GALINDO, E. **Em pauta: a juventude do rural e as políticas públicas.** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. P.122- 132.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

MENEZES, M. A.; STROPASSOLAS V.; BARCELLOS S.B. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília : Presidência da República, 2014.

OLIVEIRA, D; SCHINEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores e ecologistas de Ipê (RS) In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

PEREIRA E.M; CAVALCANTE, F.B.S; OLIVEIRA, L.N. **juventude rural, gênero e questão agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola”.** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. P.145- 154.

REZENDE,F. TAFNER,P. **Brasil: o estado de uma nação.** Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2005.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPÓSITO, M. P. et al.(2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.**

STECANELA, N. **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida.** Caxias do Sul: Educs, 2010

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis Ed. UFSC, 2006.

SILVA,E. J. S. **Jovens agricultores: entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo.** In: Simpósio Internacional sobre a juventude brasileira. 5. Recife, 2012. **Anais...** Recife: UFPE, 2012. Disponível em:<<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf>> Acesso em: 20 set. 2015.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente.** Irati/PR: PDE, dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf> >.

Acesso em: 16 set. 2015.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POLITI(K)CON